

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE
CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE – CICGCSS/SES/GO,
DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024-SES/GO
PROCESSO Nº 202300010063746

OBJETO: Seleção de entidade direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos HEI, localizado na Praça Sebastião Xavier nº 66 Bairro Centro, Itumbiara - GO - Goiás, CEP.: 75513-540. O presente Chamamento Público e a parceria dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei complementar nº 141/12, bem como pelas regras constantes do Edital e seus Anexos.

**ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM
SAÚDE – AGIR**, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu representante devidamente cadastrado no certame, vem respeitosa e tempestivamente¹ perante Vossa Senhoria, com fulcro no item 11.3 do instrumento convocatório², apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela instituição Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, nos termos em que passa a expor.

¹ Considerando que a divulgação, por parte da Comissão, do recurso interposto pela instituição Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus-HMTJ se deu em 18/11/2024 (segunda-feira), o prazo de 03 (três) dias úteis previsto no item 11.3 do Edital para apresentação de contrarrazões se encerra em 22/11/2024 (sexta-feira), comprovada, portanto, sua tempestividade.

² **11.3.** Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação do *Informativo de Resultado Preliminar*, que ocorrerá no site da SES/GO, o qual deverá ser protocolado via email no endereço indicado no "Aviso de Chamamento Público", junto à Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGCSS/SESGO, ficando as demais interessadas desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo de recurso.

Outrossim, requer à Comissão processante que negue provimento ao recurso administrativo interposto ou, em caso de procedência, que sejam as presentes contrarrazões encaminhadas à autoridade competente — Exmo. Sr. Secretário da Saúde do Estado de Goiás³ — para que aprecie as razões anexadas, requerendo seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pelo Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus.

Termos em que, pede deferimento.

Goiânia, 22 de novembro de 2024.

Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde-AGIR

Lucas Paula da Silva

Superintendente Executivo

CPF: 894.828.751-68

³ Artigo 56, § 1º, da Lei estadual nº 13.800/2001.

“CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO”

1 – DA COMPETIÇÃO/SELEÇÃO EM CURSO E SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS

Cuida-se de Chamamento Público promovido pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás – SES/GO, por meio do qual este ente público estadual pretende selecionar entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no **Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos HEI**, localizado na cidade Itumbiara – GO, nos termos do Instrumento Convocatório.

Após publicação do Resultado Preliminar de Análise de Proposta de Trabalho, que classificou a AGIR em 1º lugar com NT 30,84, e instituição Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus em 2º lugar com NT 30,60 pontos, o Recorrente interpôs o Recurso Administrativo ora em análise, arguindo, em suma: **(i)** não conformidade da proposta técnica da Agir com o que o edital do certame exige, **(ii)** inexecutabilidade da proposta financeira no que se refere aos encargos sociais, ao serviço de laboratório, ao serviço de nutrição e no que se refere ao valor proposto para a locação de equipamentos, **(iii)** não conformidade da proposta técnica da Agir com o que o edital, no que se refere à comprovação de experiência anterior do seu corpo

técnico, (iv) não conformidade da proposta técnica da Agir no que se refere a descrição de fluxos diversos: fluxo para acompanhantes, fluxo para terceirizados e para funcionários, fluxo para áreas externas, para documentos, nos fluxos de materiais esterilizados, rouparia, e falha no plano de gerenciamento de resíduos de saúde, (v) falta apresentação de plano de aplicação, na unidade hospitalar, do recurso referente ao benefício CEBAS, (vi) suposta desconformidade na pontuação do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus-HMTJ, visto que, segundo sua ótica, alguns pontos deixaram de ser atribuídos à sua proposta.

Contudo, a r. decisão que classificou a Agir em 1º lugar revela-se irretocável, devendo ser negado provimento ao recurso administrativo interposto, consoante se passará a demonstrar a seguir.

A ora Peticionária reputa pertinente desde já promover o enfrentamento de questão suscitada nas razões do recurso interposto que não têm qualquer relação de pertinência com a qualificação demonstrada pela Peticionária ou com o conteúdo de sua Proposta de Trabalho a qualquer título.

2 – RAZÕES PARA IMPROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO

2.1. APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VALIDADE DA PROPOSTA

A Recorrente alega que a Agir não apresentou declaração de validade da proposta, conforme anexo II do edital. Alega que tal documento deve constar tanto do envelope 1 como do envelope 2.

O edital em seu item 6, que cuida da forma como os documentos de habilitação e os documentos que acompanham a proposta devem ser apresentados, estabelece que devem ser por meio de dois envelopes, onde: Envelope 1 deve conter e

proposta de trabalho e; Envelope 2 deve conter a documentação de habilitação.
Vejamos:

6. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. No local, data e hora estabelecidos neste instrumento, as entidades interessadas neste Chamamento Público apresentarão os documentos e as propostas exigidos no presente Edital em 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:

ENVELOPE 01: PROPOSTA DE TRABALHO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-
SES/GO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024

(razão social e endereço da entidade)

ENVELOPE 02: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-SES/GO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024

(razão social e endereço da entidade)

Já o item 9 do edital, especifica, de forma detalhada e taxativa, o rol de toda a documentação que deve conter no envelope 2, o envelope dos documentos de habilitação. Sendo que em seu item 9.1.11.1, consta, a exigência da apresentação da Declaração de Validade Jurídica da Proposta. Vejamos o texto do respectivo dispositivo editalício:

“9. HABILITAÇÃO

9.1. O ENVELOPE “02” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - deverá conter todos os documentos especificados a seguir:

(...)

9.1.11. Declarações do Anexo II do Edital:

9.1.11.1. Declaração de Validade Jurídica da Proposta;”

 @agirsauade

 /agirsauade

 secretariageral@agirsauade.org.br

 /agir.sauade

 /tvagir

 (62) 3995-5406

 /agirsauade

 Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design, Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

O anexo II do edital traz dentre os diversos modelos de declarações exigidas, a declaração de validade jurídica da proposta, ora em comento. Sendo que no próprio modelo apresentado pelo edital, em consonância com o prefalado item 9.1.11.1, consta que a referida declaração deve ser juntada no envelope 2. Lembrando que o envelope 2, nos termos do que preceitua todo instrumento convocatório, é o envelope dos documentos habilitatórios.

ANEXO II DO EDITAL
MODELOS DE DECLARAÇÕES

MODELO DE VALIDADE JURÍDICA DA PROPOSTA
(deve ser juntada também ao Envelope II - PROPOSTA DE TRABALHO)

Ref.: Chamamento Público nº 04/2024

Pela presente DECLARAÇÃO, torno público para os devidos fins, que prestarei no **Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos**, localizado na Praça Sebastião Xavier nº 66 Bairro Centro, Itumbiara - GO - Goiás, CEP: 75513-54, no Estado de Goiás, todos os serviços descritos na PROPOSTA DE TRABALHO apresentada no Chamamento Público nº 04/2024.

Declaro que a validade da proposta apresentada é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de abertura da seleção.

Informo, ainda, que conheço as Leis e normas jurídicas que respaldam a parceria pretendida e que obedecerei aos princípios e legislações do Sistema Único de Saúde - SUS, bem como respeitarei o caráter público da Unidade de Saúde.

O instrumento convocatório em seu item 7, que cuida da “Forma de apresentação das propostas e dos documentos, traz o seguinte texto:

“7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS
(...)

7.1.5. Fica estabelecida a validade mínima da proposta por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da abertura de seu

 @agirsaude

 /agirsaude

 secretariageral@agirsaude.org.br

 /agir.saude

 /tvagir

 (62) 3995-5406

 @agirsaude

 Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design, Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

envelope pela Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGSS/GAB/SES-GO.”

Do dispositivo editalício acima transcrito, resta claro e evidente que o próprio edital já traz a regra de que a validade mínima da proposta será de 120 (cento e vinte) dias. Portanto, não há que se falar em prazo de validade inferior ao estabelecido pela regra do edital.

Há ainda que se considerar que a declaração da validade jurídica da proposta, não consta em nenhum dos dispositivos do edital que trazem as regras para a apresentação e para o conteúdo do envelope de proposta (envelope 1).

Na verdade, há no edital uma pequena falha material. Explicamos abaixo.

-Em seu subitem 9.1.11.1, há a exigência da apresentação da Declaração de Validade Jurídica da Proposta dentro do envelope 2, envelope dos documentos de habilitação. Nesse mesmo sentido, no modelo da declaração a ser apresentada (constante do anexo II do edital), consta que a referida declaração deve ser juntada ao envelope 2. Contudo ao especificar o envelope 2, por equívoco, menciona “proposta de trabalho”.

Importante repisar aqui que, em nenhum dispositivo contido no “corpo” do edital há a exigência de que a declaração de validade jurídica da proposta devesse constar do envelope de proposta de trabalho. Muito pelo contrário, há exigência apenas de que consta do envelope de documentação de habilitação. Exigência essa que foi atendida pela Agir, o que poderá ser verificado na hipótese de uma possível abertura do seu envelope de habilitação.

Nos parece que a recorrente quis, se valer do equívoco material constante do edital para, de forma inadvertida e desarrazoada, tentar prejudicar a Agir. O recurso não merece guarida.

Ante ao exposto, torna-se indiscutível o afastamento/não acolhimento dos argumentos trazidos pela recorrente, uma vez que a exigência editalícia, ora sob exame, deve ser verificada em momento futuro, quando da abertura do envelope 2 contendo os documentos de habilitação.

A recorrente tenta influenciar e impor à Comissão Julgadora um entendimento que não coaduna com os princípios e diretrizes da Administração Pública contemporânea. A recorrente, com seus argumentos, tenta desclassificar a proposta da Agir, tenta atribuir falhas que não existem. E, mesmo se fossem reais, não representariam vícios capazes de comprometer a veracidade, validade e substância das informações prestadas.

Importa destacar, por amor ao debate, que em que pese se considere atendidas todas as exigências editalícias conforme se demonstrou em tópicos anteriores, da análise dos argumento trazido pela recorrente, se faz possível notar que está pautado em supostos descumprimentos de item do instrumento convocatório que é fruto de uma visão distorcida e tendenciosa, visto que a alegada insuficiência de documentos apresentados no processo de seleção decorre de interpretação desarrazoada e exagerada dos dispositivos editalícios.

Significa dizer, portanto, que a despeito de Agir ter atendido a todas as condições de classificação, além de comprovar a capacidade para atendimento do objeto e interesses almejados com o presente procedimento, a recorrente solicita a sua desclassificação/eliminação pelo simples fato de não ter apresentado no envelope 1 (da

proposta) certo documento que, nos termos dos dispositivos do edital acima abordados, devem, constar do envelope 2 (dos documentos de habilitação).

A abordagem da recorrente se revela evidentemente desproporcional e equivocada. Sua conduta, além de prejudicar o interesse público, não se revela adequada aos ditames legais que disciplinam a condução de procedimentos pela Administração Pública.

É evidente que a Administração Pública deve ser cautelosa quando da realização de procedimento de seleção, considerando não só o preço proposto, mas também a capacidade técnica das proponentes para execução do objeto contratual e sua qualificação econômico-financeira para garantia de execução regular e ininterrupta dos serviços.

Tal cautela, contudo, não pode culminar em exigências despropositadas ou em culto vazio da forma, que implique em prejuízo ao interesse público almejado, em uma competição para identificar o melhor colecionador de papéis ou melhor cumpridor de edital.

Cada exigência, cada elemento integrado ao diploma legal e empregado num edital visa o atendimento de uma finalidade real, concreta, efetiva, uma substância, uma segurança ou condição subjetiva do candidato, da qual a Administração Pública reputou importante se cercar.

Diante deste cenário, a aceitação dos argumentos da recorrente implica em descumprimento das regras editalícias.

Evidente, pois, a gravidade da consequência do acolhimento dos argumentos da recorrente, que culminaria não apenas na ausência da possibilidade de escolha da melhor proposta e na indevida restrição à competitividade da seleção.

Deste modo, considerando o que foi arguido pela recorrente, que tenta imprimir à proposta da Agir, envelope 2, a ausência de documento que não foi exigido expressa e especificamente em Edital, como na hipótese dos autos, cabe à ilustre Comissão Julgadora refutar e não acolher os argumentos da recorrente. Pois, o acolhimento de tais argumentos de recurso contaminariam o certame com vício insanável.

Por todo exposto é que se roga seja negado provimento ao recurso interposto.

2.2. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA DA AGIR

2.2.1. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA DA AGIR, NO QUE SE REFERE AOS ENCARGOS SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES

Alega a recorrente que a Agir atribuiu valor irrisório para o pagamento de encargos sociais e contribuições.

Tal alegação é desarrazoada e descabida, uma vez que a proposta financeira apresentada pela Agir possui total conformidade com a legislação vigente e com a realidade operacional da instituição.

Importante ressaltar que, nos termos da Lei Complementar nº 187/2021 e do Decreto nº 11.791/2023, a Agir é uma entidade detentora do Certificado de

Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), o que lhe assegura isenções tributárias específicas, conforme previsto no arcabouço jurídico que rege a matéria.

Dentre as isenções estabelecidas em lei, destacamos a desoneração da cota patronal de contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, que corresponde a 20% (vinte por cento) do total da remuneração, 5,80% (SALÁRIO EDUCAÇÃO, INCRA, SENAI, SESI, SEBRAE de contribuições de outras entidades, além da isenção no RAT – Risco Acidente de Trabalho, como também a isenção de 1% do PIS sobre folha de pagamento. Essa isenção impacta diretamente no cálculo dos encargos sociais, reduzindo significativamente o percentual necessário para o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Em sua proposta apresentada, a Agir considerou para encargos sociais e contribuições, o percentual de 22,80% (vinte e dois vírgula oito por cento). Esse percentual foi calculado pautado nos mais de vinte anos de experiência, consolidada e exitosa, desta instituição na gestão de unidades e de serviços de saúde. Sempre, respeitando, integralmente, as regras e as especificidades aplicáveis às entidades com certificação CEBAS.

Esse percentual de 22,80% (vinte e dois vírgula oito por cento), contempla:

- Encargos legais obrigatórios não isentos, tais como FGTS, RAT/SAT, INSS retido sobre salários acima do teto para benefícios não contemplados pela isenção, e outros custos aplicáveis.
- Custos relacionados à gestão de pessoal, incluindo seguros, treinamentos e benefícios, alinhados com o orçamento detalhado apresentado.

Esse mesmo percentual de 22,80% (vinte e dois vírgula oito por cento), sempre foi aplicado para todos os contratos de gestão da Agir, bem como para o cálculo do custo dos seus colaboradores da sua matriz (unidade corporativa).

E, justamente, por estar em conformidade com a legislação, nunca foi objeto de processo judicial, seja de ordem tributária/fiscal ou mesmo trabalhista (individual e/ou coletivo) questionando a forma e os percentuais dos recolhimentos dos seus encargos trabalhistas.

A Agir possui um histórico comprovado de execução bem-sucedida de contratos semelhantes respeitando rigorosamente as obrigações trabalhistas e fiscais, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Tal experiência garante que o percentual apresentado na proposta é compatível com a realidade operacional e atende integralmente às necessidades do contrato em questão.

Oportuno, ainda ressaltar que a Agir, periodicamente, passa por processo de auditoria, realizado por empresa de auditoria externa independente. Sendo que, a forma de pagamento e os percentuais dos seus encargos trabalhistas, e nunca foi objeto de questionamento e/ou apontamento, por parte da equipe de auditores externos independentes.

De igual modo, a Agir, possui, há mais de vinte anos, contrato de gestão firmado com o Estado de Goiás e sempre teve suas prestações de contas aprovadas pelo parceiro público. Caso houvesse alguma inconsistência e/ou não conformidade na forma de recolhimento dos encargos sociais, ora questionados, com certeza suas contas não seriam aprovadas pelo ente público contratante.

Dito isso. Reafirmamos que todos os valores apresentados na proposta estão em plena conformidade com a legislação vigente, considerando os benefícios tributários assegurados às entidades certificadas com CEBAS. Essa condição é reconhecida pelas autoridades fiscais e trabalhistas, sendo um diferencial legítimo que contribui para a eficiência financeira de nossa proposta.

O questionamento levantado pela concorrente parte de uma análise que desconsidera a realidade jurídica e tributária aplicável à Agir como entidade sem fins lucrativos e certificada com CEBAS. Os benefícios fiscais decorrentes dessa certificação foram devidamente considerados na elaboração da proposta, garantindo sua exequibilidade sem prejuízo às obrigações legais e à qualidade dos serviços prestados.

Cabe informar que a proposta de trabalho apresentada pela recorrente HMTJ, no que se refere aos encargos sociais decorrentes da folha de pagamento, contempla percentual de PIS sobre folha de pagamento. Encargo esse que é objeto de isenção para as instituições certificadas CEBAS. De igual modo, a proposta da recorrente HMTJ, também contempla percentual de Férias da ordem de 8,33%. Este percentual não reflete a realidade, pois deve ser considerado como custo de férias apenas o terço constitucional (que é de 2,78%).

O percentual de 8,33% apresentado pela recorrente, como sendo referentes às férias, em verdade, é a antecipação do salário do empregado, que já está prevista na remuneração do mesmo. Logo, não representa custo de pessoal.

Por fim, a proposta de trabalho da recorrente, ainda repete encargos ao informar “Encargos de FGTS sobre férias e e/ou “encargos FGTS sobre 13º salário”.

Todos esses encargos já estão previstos no percentual de FGTS 8% provisionado no percentual de 22,80%.

Disto isso. Resta claro e cristalino que: a) as alegações da recorrente não possuem razão de existir; b) a recorrente possui entendimentos equivocados sobre o tema encargos trabalhistas e sociais.

2.2.2. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA DA AGIR, NO QUE SE REFERE AOS SERVIÇO DE LABORATÓRIO

Outra vez a recorrente, faz alegações infundadas ao afirmar que a Agir atribuiu valor inexecutável para o serviço de laboratório.

Ressalta-se que a Agir apresentou proposta para o quantitativo estimado no total estimado apresentado pelo edital de referência, com a possibilidade de contratação de profissionais celetistas, por meio da Certificação CEBAS, reduzindo o custo com encargos sociais, impactando diretamente no custo unitário do serviço a ser realizado no Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos. (em parágrafos anteriores já discorremos sobre os benefícios da certificação CEBAS).

A Agir por meio de Certificação CEBAS e pelos ganhos de eficiência produtiva, tem a possibilidade de reduzir os custos unitários dos serviços.

No que se refere ao aspecto de infraestrutura para o aporte do serviço, a perspectiva é estruturar com equipamentos próprios, reduzindo os impactos de custos com Conforme item 3 – QUALIDADE TÉCNICA (pg. 26) do referido Edital, onde apenas o seguinte texto: “Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO”, a Agir, em sua proposta

financeira aloca recursos para a otimização dos serviços serem realizados na Unidade. Contempla locação e consequentemente os rateios absorvidos ao produto final, ou seja, a realização de exames de Análises Clínicas.

Isto posto. Resta demonstrado que a recorrente não assiste razão em sua alegação.

A Agir reitera a exequibilidade da sua proposta financeira apresentada, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos dados.

2.2.3. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA DA AGIR, NO QUE SE REFERE AOS SERVIÇO DE NUTRIÇÃO DIETÉTICA

Alega a recorrente que a Agir atribuiu valor inexequível para o serviço de nutrição dietética.

Primeiramente, faz-se oportuno esclarecer que o valor evidenciado na proposta Agir, linha 4.2 Serviços de Nutrição, refere-se somente às refeições servidas a pacientes, acompanhantes e colaboradores, ou seja, não justificando o que a instituição HMTJ registra em seu recurso. Cabe ressaltar que, os custos com Dietas Especiais e Terapêuticas, foram evidenciadas na linha 2.3. Materiais Dietas Enterais.

Feito esse esclarecimento, resta claro que o quantitativo informado pela instituição HMTJ, em recurso administrativo, de 43.000 refeições/mês, não discrimina o total entre refeições e dietas enterais. Esta situação inviabiliza a análise do ticket médio apresentado pela instituição, alegando que a Agir trabalhou em uma proposta de ticket médio de refeição no valor de R\$ 2,46/refeição.

Desse modo, proposta apresentada pela Agir está de acordo com as práticas de mercado e com as necessidades específicas de cada paciente, como dietas especiais e terapêuticas, respeitando o cumprimento das exigências legais, contemplando o número de paciente-dia, taxa de ocupação e quantitativo de pacientes, acompanhantes e colaboradores.

A Agir reitera a exequibilidade da sua proposta financeira apresentada, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos dados.

2.2.4. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA DA AGIR, NO QUE SE REFERE A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Alega a recorrente que a Agir atribuiu valor inexequível para as despesas referentes à locação de equipamentos.

Após a análise da documentação apresentada pela instituição HMTJ, onde relaciona os equipamentos necessários para o funcionamento da unidade já em contratos de locação, é importante trazer a baila que nos itens descritos (páginas 08 a 34), constam equipamentos considerados como bens patrimoniais.

Ainda, regendo pelo princípio da economicidade, sendo um princípio constitucional que visa a otimizar o uso de recursos públicos, minimizando os gastos sem comprometer a qualidade, a Agir trazendo a sua expertise e seu know-how em gestão em saúde, apresentou proposta para o gerenciamento e operacionalização do Hospital São Marcos visando ampliar o escopo de investimentos, contribuindo assim para a não onerosidade do valor de custeio do orçamento proposto no referido edital, por meio de locação de equipamentos assistenciais.

Em consulta ao Portal de transparência da instituição HMTJ, especificamente na unidade Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos - Relatório Consolidado de Contratos Celebrados com Terceiros, observa-se um valor gasto como “Objeto – Locação de Equipamentos Hospitalares”, no valor de R\$ 742.141,19 (setecentos e quarenta e dois mil, cento e quarenta e um reais e dezenove centavos), conforme tabela a seguir.

Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus Contratos - Setembro de 2024							
Código do Contrato	Nome do Contrato	CNPJ	Objeto	Data Início	Data Fim	Valor estimado mensal do Contrato	Data do Contrato
23.00173	RAFAMED HOSPITALAR LTDA	17.426.885/0001-98	Locação de equipamentos hospitalares	08/05/2024	08/11/2024	R\$ 253.309,00	08/05/2024
23.00174	RAFAMED HOSPITALAR LTDA	17.426.885/0001-98	Locação de equipamentos hospitalares	08/05/2024	08/11/2024	R\$ 30.761,85	08/05/2024
23.00195	RAFAMED HOSPITALAR LTDA	17.426.885/0001-98	Locação de equipamentos hospitalares	08/05/2024	08/11/2024	R\$ 11.920,00	08/05/2024
23.00196	RAFAMED HOSPITALAR LTDA	17.426.885/0001-98	Locação de equipamentos hospitalares	08/05/2024	08/11/2024	R\$ 2.820,00	08/05/2024
23.00197	RAFAMED HOSPITALAR LTDA	17.426.885/0001-98	Locação de equipamentos hospitalares	08/05/2024	08/11/2024	R\$ 1.027,00	08/05/2024
23.00230	RAFAMED HOSPITALAR LTDA	17.426.885/0001-98	Locação de equipamentos hospitalares	01/06/2024	01/05/2025	R\$ 6.395,00	05/07/2024
23.00245	RAFAMED HOSPITALAR LTDA	17.426.885/0001-98	Locação de equipamentos hospitalares	01/06/2024	01/11/2024	R\$ 1.978,00	01/06/2024
23.00231	RAFAMED HOSPITALAR LTDA	17.426.885/0001-98	Locação de equipamentos hospitalares	11/06/2024	08/11/2024	R\$ 9.997,00	11/06/2024
23.00150	TESLA INOVACAO COMERCIO	05.923.930/0001-30	Locação de equipamentos hospitalares	08/05/2024	08/11/2024	R\$ 7.900,00	08/05/2024
23.00163	TESLA INOVACAO COMERCIO	05.923.930/0001-30	Locação de equipamentos hospitalares	08/05/2024	08/11/2024	R\$ 3.136,00	08/05/2024
23.00183	TESLA INOVACAO COMERCIO	05.923.930/0001-30	Locação de equipamentos hospitalares	08/05/2024	08/11/2024	R\$ 23.791,34	08/05/2024
23.00184	TESLA INOVACAO COMERCIO	05.923.930/0001-30	Locação de equipamentos hospitalares	08/05/2024	08/11/2024	R\$ 164.654,00	08/05/2024
23.00185	TESLA INOVACAO COMERCIO	05.923.930/0001-30	Locação de equipamentos hospitalares	08/05/2024	08/11/2024	R\$ 102.676,00	08/05/2024
23.00227	TESLA INOVACAO COMERCIO	05.923.930/0001-30	Locação de equipamentos hospitalares	20/05/2024	08/11/2024	R\$ 19.700,00	20/05/2024
23.00246	TESLA INOVACAO COMERCIO	05.923.930/0001-30	Locação de equipamentos hospitalares	10/07/2024	08/11/2024	R\$ 102.676,00	10/07/2024
						R\$ 742.741,19	

Há ainda que se ressaltar que em sua peça recursal o HMTJ apresenta uma lista de itens os quais considera como locados. Dentre eles constam inúmeros itens básicos para uma unidade de saúde. A título exemplificativo podemos citar:

Item 20: suporte de soro

Item 21 mesa de instrumentação cirúrgica

Item 22 mesa da mayo

Item 27 cama auxiliar /mesa de cabeceira

Item 34 berço de acrílico

Item 44 poltronas

Item 83 fio guia de sonda 18FR

Itens 84, 85 e 86: pinças diversas

Item 99 avental plumbífero

Item 100 protetor de tireoide

Item 104 Suporte de soro inox com rodízio

Esses itens acima mencionados e tantos outros que constam da tabela apresentada pela recorrente (a tabela traz um rol bem numeroso de diversos outros itens como por exemplo instrumentais variados: tipos variados de pinças, tesouras, cabos de bisturi, afastadores, porta agulhas, espátulas, cubas, etc.), são itens que devido a sua própria natureza, pelo baixo custo de aquisição, e pela relação custo-benefício da sua aquisição, são itens que não vale a pena serem locados. Devem sim serem adquiridos. Isso, tomando-se por base os princípios da boa gestão dos recursos públicos e buscando, sempre, fazer mais e melhor com menos: princípio da eficiência. Assunto esse que, nos parece que, a recorrente não domina.

O valor supracitado, representa 7,01% do valor total da proposta do Edital - R\$ 10.594.252,52 (dez milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos). A título de informação, ao compararmos o Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira, sendo uma unidade de alta complexidade, em torno de 500 (quinhentos) leitos operacionais, o mesmo detém o custo com locação equipamentos assistenciais, no percentual de 0,12% sobre o montante total do seu custo operacional.

Neste sentido, a Agir reverbera, em sua proposta de trabalho, a vantajosidade pela aquisição e não pela locação de equipamentos, visando otimizar o orçamento proposto neste Edital.

Conforme item 3 – QUALIDADE TÉCNICA (pg. 26) do referido Edital, onde apenas o seguinte texto: “Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso

na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO”, a Agir, em sua proposta financeira aloca recursos para a otimização dos serviços serem realizados na Unidade.

A Agir reitera a exequibilidade da sua proposta financeira apresentada, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos dados.

2.3. ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO CORPO DIRETIVO DA AGIR. *Princípio da confiança legítima e da segurança jurídica. Dever de diligência da Administração Pública.*

A recorrente, mais uma vez, de forma inadvertida faz alegações infundadas, inverídicas e desarrazoadas. Dessa vez questiona os documentos apresentados para fins de comprovação da experiência da equipe proposta pela Agir para fazer a gestão da unidade de saúde. Alega que a Agir emitiu auto atestado para comprovar a experiência profissional dos seguintes gestores:

Wanessa Silva

Heloise helena

Arthur Roberto

Wanessa Queiroz

André Alves

Nayara Ketlyn

Alega a recorrente que os atestados de qualificação técnica do corpo diretivo apresentados pela Peticionária seriam nulos de pleno direito, visto terem sido emitidos pela própria Agir.

Tal alegação não se sustenta. Passaremos a demonstra o porquê.

Primeiramente, esclarecemos que todos os documentos apresentados seguem integralmente o previsto no edital e demonstram, de forma cabal e legítima, a qualificação técnica exigida.

Os profissionais mencionados na declaração de experiência — Wanessa Silva, Heloíse Helena, Arthur Roberto, Wanessa Queiroz, André Alves e Nayara Ketlyn — são empregados celetistas da Agir, com vínculo formal registrado e atuação comprovada em unidades hospitalares sob gestão direta da Agir, localizadas no estado de Goiás.

Esses profissionais possuem histórico de gestão e direção hospitalar que cumpre integralmente a exigência de experiência mínima de 1 (um) ano no gerenciamento de unidade hospitalar, conforme especificado no subitem “Estrutura e experiência da Diretoria”.

As declarações fornecidas pela Agir são baseadas em registros administrativos internos e históricos de atuação dos profissionais, com detalhamento das funções exercidas e do tempo de experiência.

Diferentemente do que foi alegado pela concorrente, não há conflito de interesses na emissão dessas declarações, pois:

- A AGIR, como empregadora, detém legitimidade e autoridade para certificar a experiência de seus empregados, com base em registros de contratos de trabalho e históricos funcionais.
- A documentação apresentada atende ao edital, que não exige a certificação por entidades externas ou a apresentação de contratos adicionais como comprovação.

A exigência editalícia não especifica que as declarações devam ser validadas por terceiros. Assim, a alegação de nulidade por ausência de “entidade independente” carece de fundamento técnico e jurídico, extrapolando as exigências do certame.

A Agir possui vasta experiência em gestão hospitalar, com histórico de contratos bem-sucedidos em unidades de saúde públicas e privadas. Essa experiência reflete-se na qualificação e na capacidade técnica do corpo diretivo e gerencial, fator corroborado pelas declarações emitidas e pelos resultados alcançados em gestões anteriores.

A documentação apresentada pela Agir para comprovar a experiência da diretoria ou gerência designada atende de forma plena às exigências do edital e trata-se de documento legítimo, idôneo e íntegro. A alegação de nulidade feita pela concorrente não encontra respaldo legal ou técnico e desconsidera a legitimidade da Agir como empregadora para atestar a experiência de seus empregados.

A alegação da recorrente de que as declarações apresentadas pela AGIR não especificam que os diretores mencionados exerceram suas funções em unidades hospitalares é infundada.

É imprescindível destacar que todas as declarações foram elaboradas em papel timbrado de cada unidade hospitalar sob gestão da AGIR, contendo, de forma expressa:

- O nome da unidade hospitalar:



DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde – AGIR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.029.600/0001-04, atesta para os devidos fins que o Sra. **WANESSA SILVEIRA BARCELOS**, inscrita no CPF sob o nº 005.786.381-42, trabalha nesta empresa exercendo de forma eficiente e com competência o cargo de **GERENTE**, realizando as seguintes atividades de Gestão:

E assim se repete em todas as declarações questionadas peal recorrente. Em todas elas contam:

- O CNPJ da unidade correspondente, validando a origem e autenticidade do documento;
- A descrição das funções desempenhadas pelos diretores, incluindo os períodos de atuação e a confirmação de que as atividades ocorreram em ambiente hospitalar, atendendo plenamente às exigências do edital.

Portanto, resta claro que as declarações fornecem informações claras e objetivas que demonstram, de forma incontestável, a experiência dos diretores no gerenciamento de unidades hospitalares específicas, nos moldes exigidos pelo edital de regência.

A documentação apresentada pela AGIR está em conformidade com os critérios estabelecidos no edital, cumprindo os requisitos de clareza e especificidade. A alegação de desqualificação das declarações por ausência de informações sobre as

unidades hospitalares não procede, visto que as mesmas foram devidamente identificadas em documentos emitidos com as devidas formalidades legais.

Dessa forma, reafirmamos que as declarações de experiência são legítimas e plenamente aptas para comprovar a qualificação técnica da diretoria indicada, mantendo a integridade e a legalidade do processo.

Imprescindível trazer à memória que a AGIR trata-se de organização social tradicionalíssima no Estado de Goiás, com mais de 20 (vinte) anos de atuação, destacando-se no gerenciamento de unidades públicas de saúde de média e alta complexidade, bem como trabalhando lado a lado com governo estadual para incrementar e aprimorar o setor de saúde, ofertando assistência apropriada e humanizada aos pacientes atendidos, com excelência, segurança e qualidade, sendo relevante ressaltar ainda que, atualmente, a AGIR administra 04 (quatro) unidades de saúde da rede pública do Estado de Goiás (CRER, HECAD, HDS e HUGOL).

Ao longo de sua extensa atuação, a AGIR participou de diversos procedimentos de seleção pública no âmbito estadual, sempre demonstrando a qualificação técnica de seu corpo diretivo por meio de atestados elaborados pela própria organização social.

Tais atestados nunca foram objeto de questionamento por parte do Estado de Goiás, que por diversas vezes celebrou contratos de gestão com a ora Recorrida, sendo inclusive escolhida para gerir unidades hospitalares em caráter emergencial durante o período pandêmico da COVID-19, evidenciando-se, também nestas oportunidades, a confiança que o Estado possui nos serviços desempenhados pela AGIR e por todo o seu corpo diretivo.

Por este motivo, causa estranheza que os atestados da Peticionaria tenham sido agora objeto de questionamento por parte do Recorrente.

Não se pode deixar de mencionar que um suposto provimento das arguições do recorrente acerca dos atestados de qualificação técnica apresentados pela Peticionaria, representaria violação ao princípio da confiança legítima, decorrente do princípio da segurança jurídica.

Isto porque, consoante já mencionado, tais atestados nunca foram questionados pelo Estado de Goiás ao longo de mais de 20 anos, que repetidas vezes se mostrou satisfeito com os documentos e qualificações apresentados. Não seria por outro motivo que a AGIR atualmente gere 04 (quatro) unidades hospitalares da rede pública do Estado, já tendo celebrado diversos contratos de gestão e aditivos no âmbito estadual ao longo de toda a atuação da entidade.

Portanto, eventuais questionamentos, neste momento, representariam comportamento diametralmente oposto ao que vem sendo adotado pelo Estado de Goiás nos últimos anos, sendo certo que a Administração Pública não pode, no trato com os particulares, pautar-se de modo confuso ou contraditório, deliberando pela prática de determinado ato e depois o desconhecendo, com a prática de outro em sentido absolutamente inverso, e mais grave: com imposição de prejuízos a quem apenas agiu em conformidade com a primeira decisão administrativa.

Acerca do princípio da confiança legítima Alexandre Santos de Aragão estatui com precisão:

A noção de Segurança Jurídica, apesar de multifacetária, não é difícil de intuir, e circunscreve-se num amplo espectro que vai desde a existência de instituições

garantidoras dos direitos fundamentais (Judiciário, Administração) à clareza das normas jurídicas e ao respeito aos acordos firmados.

(....)

Assim, protege-se a confiança legítima dos particulares em relação à Administração Pública e se proíbe que a Administração adote comportamentos contraditórios em relação a casos anteriormente assemelhados.

A proteção da confiança legítima é intimamente ligada à noção de a praxe administrativa ser uma fonte do Direito Administrativo, como vimos no capítulo das Fontes do Direito Administrativo. **Significa, em essência, que o Estado se autovincula quando, por comportamentos firmes e estáveis, cria uma expectativa legítima do cidadão em relação à continuidade daquela postura.** (...) (Curso de Direito Administrativo. Forense: Rio de Janeiro, 2012, página 66 – grifos são do original).

No mesmo sentido já decidiram o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE. SÚMULA 619/STJ. NÃO APLICABILIDADE AO CASO CONCRETO. TERMO DE ACORDO. PRINCÍPIO DA CONFIANÇA E SEGURANÇA JURÍDICA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. [...] 2. **Considerando as peculiaridades mencionadas, o termo de acordo celebrado entre as partes deve ser norteado pelos Princípios da Segurança Jurídica e a Proteção à Confiança. Em verdade, o princípio da segurança jurídica, também envolto aos da boa-fé e da confiança legítima, relaciona-se com o caráter psicológico do jurisdicionado que acredita estar atuando em conformidade com o direito, e na espécie, não pode após décadas, ser surpreendido com a negativa de cumprimento do acordo, principalmente, in casu, em que outras famílias, em situação idêntica, já foram agraciadas com outros imóveis e/ou soluções.** [...] Apelação Cível e Recurso Adesivo conhecidos e parcialmente providos. (TJGO; Apelação Cível nº 5110351-09.2019.8.09.0051; Desembargado Relator Gilberto Marque Filho, julgado em 24/03/2021).

Nesse toar, encontramos outro limite à ideia da inexistência de direito adquirido regime jurídico, qual seja, o da segurança jurídica. Ora, é essencial para concretização de um Estado de direito, a estabilidade das relações jurídicas, tanto que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, elevou o princípio

da segurança a direito fundamental individual, também oponível ao Estado por disposição do artigo 2º da Lei nº 9.784/99. Leia-se:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

IV- atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.

A necessidade de a Administração agir com boa-fé é ainda mais evidente quanto à instituição de regimes jurídicos, já que a partir desses surgem posições jurídicas ocupadas pelos administrados, apoiadas na confiança legítima depositada na Administração, já que não há garantia dada por essa de efetivo cumprimento das disposições prescritas na norma editada (princípio da supremacia).

Assim, a relação entre administração e administrado inspira confiança, depositada no Poder Público que tem o dever positivado de agir com boa-fé, decoro e probidade (Lei nº 9.784/99, artigo 2º, parágrafo único, inciso IV). Certamente, o regime jurídico em si e a contrapartida do Poder Público geram legítimas expectativas de direito, igualmente tuteladas pelo ordenamento jurídico, contempladas pelo dever estatal de garantia de estabilidade jurídica.

Transcrevo a lição de Judith Martins Consta sobre o tema:

A confiança, traduzida nos deveres de agir com boa-fé e com adstrição à lealdade implicará, por evidente, a relativa restrição de certos poderes da administração pública. Considera-se que, quando órgãos ou autoridades públicas provocam, com suas declarações no mundo jurídico, o nascimento de legítimas expectativas, devem essas ser tuteladas... (In: A proteção da Legítima confiança nas relações obrigacionais entre a administração e os particulares. In Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, vol.22, set.2002).

(TJGO; Mandado de Segurança nº 5165135.60.2017.8.09.0000; Desembargadora Relatora Nelma Branco Ferreira Perilo; julgado em 08/02/2018).

Nesse sentido, lição de Flávio Tartuce:

‘Pela máxima *venire contra factum proprium non potest*, **determinada pessoa não pode exercer um direito próprio contrariando um comportamento anterior, devendo ser mantida a confiança e o dever de lealdade, decorrentes da boa-fé objetiva.** (...).

Nesse cenário conflitante, a ARTESP **ao adotar decisão em contradição à conduta assumida por ela anteriormente, não pode submeter a apelante aos danos que emergem de uma conduta inesperada, o que caracteriza ofensa à segurança jurídica, diante da instabilidade e incerteza causada ao administrado,** (...) (TJSP; Apelação Cível 1026804-67.2016.8.26.0053; Relator (a): Heloísa Martins Mimessi; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 13ª Vara de Fazenda

Pública; Data do Julgamento: 09/10/2017; Data de Registro: 10/10/2017 – grifos não são do original).

Ressalta-se, ainda que a qualificação/aptidão em debate diz respeito à capacitação técnico profissional inserta em contratos de gestão executados pela Peticionaria firmados, todos eles, com a própria Administração Pública Estadual, sendo plenamente possível que, para o caso de o Estado de Goiás possuir quaisquer eventuais dúvidas acerca da legalidade e veracidade dos atestados fornecidos, ele poderá realizar diligências internas, visto que o art. 59, § 2º e o art. 64, da Lei nº 14.133/2021 permite a promoção de diligências em qualquer fase da licitação a fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo e, neste mesmo sentido, os itens 7.1.4, 10.9 e 17.3 do Edital permitem que a Comissão Interna de Contrato de Gestão em Serviços de Saúde promova quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas.

Este também é o entendimento adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Goiás. Veja-se:

De se registrar, também, que a Lei nº 8.666/93, prevê no § 3º do art. 43 a faculdade da Comissão de Licitação e da autoridade superior de promover diligência, em qualquer fase da licitação, com a finalidade de esclarecer ou complementar a instrução do processo, desde que não ocorra a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Mencionada faculdade pode se traduzir em um verdadeiro dever para a Administração quando presentes razões de interesse público, tais como a necessária ampliação da competitividade, a busca da proposta mais vantajosa, bem como a aplicação do formalismo moderado ponderado com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. (TCE/GO – Processo nº

201900047002811/312, Conselheiro Relator Carla Cintia Santillo, julgado em 09/06/2021).

8. Essa vedação enaltece o disposto no § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/1993, ao facultar aos responsáveis pela condução do procedimento licitatório a possibilidade de realizar diligência para o esclarecimento de dúvidas relacionadas à instrução processual, por exemplo, para confirmar a autenticidade de determinado documento. Portanto, meio legal e adequado para esclarecer ou completar a instrução processual dos processos e procedimentos licitatórios. (TCE/GO – Processo nº 201900047001843/312, Conselheiro Relator Edson José Ferrari, julgado em 06/06/2020).

Cumprе ressaltar, que a recorrente incide em erro – ou talvez não! Talvez o recorrente tenha maliciosamente buscado causar confusão.... – ao confundir os conceitos de qualificação técnico-operacional (que é a qualificação da própria entidade) com qualificação técnico-profissional (que é a qualificação do corpo de profissionais da entidade).

Esclareça-se que a Peticionaria não veio aos autos do Chamamento Público dizer da sua qualificação técnico-operacional, própria da entidade, enquanto pessoa jurídica responsável pelo gerenciamento das operações existentes em cada uma das instalações objeto de contratação com SES/GO. Não foi isto que se fez.

No presente caso, os atestados emitidos pela Agir comprovam apenas a qualificação técnico-profissional de seu corpo diretivo, seu pessoal próprio, por ela selecionado, diretamente contratado, a ela diretamente vinculado, e cujas atividades são também por ela diretamente acompanhadas na qualidade de gestora das instalações médico-hospitalares nas quais tal equipe desempenha suas atividades técnicas, sendo certo que seus atestados de qualificação técnico-operacional, estes sim foram emitidos

pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás-SES /GO, não havendo que se falar em auto atestação, restando comprovada a experiência da entidade e de seus funcionários na execução do objeto ora licitado.

Por fim, ao contrário do que faz querer crer o ora recorrente, destaca-se que o entendimento do Tribunal de Contas da União por ele trazido em suas razões recursais nem ao menos faz menção ao caso sob análise, visto tratar apenas de atestados de capacidade técnico-operacional, e não de atestados de capacidade técnico-profissional.

Mais uma vez a recorrente apresenta alegações equivocadas e infundadas a fim de tentar confundir a Comissão julgadora.

Por óbvio, para além de não merecer provimento, é o caso de rejeição liminar do próprio conhecimento para processamento da matéria nesta parte, o que desde já se requer.

2.4. ALEGAÇÃO DE FALHA NA DESCRIÇÃO DE DIVERSOS E NA DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE DE SAÚDE.

A recorrente, de forma genérica, vazia e sem nenhum fundamento, tenta imprimir falha em alguns dos fluxos apresentados por esta peticionária em sua proposta de trabalho.

Alega: falha na descrição dos fluxos (aduz que foram descritos de forma genérica; não apresentação das características detalhada da unidade hospitalar; falta de fluxo para visitantes, para acompanhantes, para terceirizados, e para pacientes de alta;

Falta de descrição de fluxos para áreas externas, registro de documentos e para funcionários.

Tal tentativa não se sustenta e não deve prosperar como demonstraremos a seguir.

Inicialmente, cabe reforçar que a Agir não é a instituição que, atualmente, faz a Gestão da Unidade e que para a proposta do plano de trabalho se pautou em informações disponibilizadas pelo certame, bem como da visita técnica realizada na Unidade, o que diretamente limita contextualizar em um nível profundo de detalhamento toda a Unidade. Contudo, também é sabido que para a descrição de fluxos existem normas e boas práticas a serem priorizadas e obrigatoriamente praticados, e independente de qualquer estrutura, estas devem ser mantidas, tão logo não é a normatização que se adequa a estrutura da Unidade, mas sim a Unidade de Saúde que deve proporcionar e praticar fluxos em conformidade com as normas técnicas vigentes.

Conforme o edital, é solicitado a apresentação de fluxos para áreas restritivas e não críticas.

“A principal diferença entre área crítica e área restrita é que a área crítica é um ambiente com alto risco de transmissão de doenças infecciosas; ex: UTI, banco de sangue, unidade de queimados, laboratórios, unidade de hemodiálise, entre outros. Enquanto a área restrita é um setor hospitalar que busca promover condições adequadas para a realização de procedimentos ex: Centro Cirúrgico CEM e UTI”.

No que se refere a Central de Material de Esterilização e Lavanderia, o fluxo foi apresentado no item “Fluxo Unidirecional para Materiais Esterilizados/Roupas”, pág. 94 a 101.

Quanto aos outros fluxos apontados, a Agir fez constar na Matriz de Fluxo Operacional, páginas 84 a 86 do plano de trabalho.

Quanto ao fluxo para registro de documentos, faz saber que se trata de um item comum a outros editais, já praticados pela SES-GO, contudo neste em questão, não apareceu como requisito de pontuação a ser apresentado, assim, como o citado fluxo para funcionários, terceirizados e para acompanhantes.

O edital não traz precisamente o que deve ser apresentado para os fluxos compreendendo circulação em áreas restritivas, externas e internas, deixando aberto para os proponentes o entendimento e a apresentação da proposta de acordo com o perfil da Unidade e em conformidade com o plano apresentado. Logo o que deve, de fato ser avaliado é a clareza e a forma com que foi apresentado o conteúdo. Tudo isso é demonstrado pela própria matriz para requisitos e pontuação do edital, preconizando a unidirecionalidade padrão em fluxos hospitalares, conforme demonstrado abaixo.

26.2.1. Área de Atividade

26.2.1.1. No conjunto da proposta corresponde a **20 pontos positivos**. Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:

1 - Área de atividade: Avalia as ações propostas para a organização da unidade.		Pontuação 20 pontos		
		Item (unitário)	Apresentação	Qualidade Total
Implantação de fluxos individualizada ao perfil da unidade de saúde (A forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e entendimento do fluxo)	Fluxos operacionais compreendendo circulação em áreas restritivas, externas e internas	02 pontos		
	Fluxo unidirecional para materiais esterilizados/roupas	02 pontos		6 pontos
	Fluxo unidirecional de resíduos de serviço saúde	02 pontos		

Instagram @agirsaude

LinkedIn /agirsaude

Email secretariageral@agirsaude.org.br

Facebook /agir.saude

YouTube /tvagir

Telefone (62) 3995-5406

Twitter @agirsaude

Localização Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design, Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

Feitos esses esclarecimentos, resta demonstrado que as alegações não prosperam e por essa razão não devem ser acatados. De modo que a pontuação atribuída a Agir deve ser mantida pela Comissão Julgadora.

A recorrente ainda alega falha no fluxo apresentado pela Agir para materiais esterilizados/roupas

Trata-se de apontamento infundado, e que aparentemente demonstra um equívoco de interpretação do edital, pois no item em questão pede a apresentação de uma proposta para “Fluxo Unidirecional para Materiais Esterilizados/Roupas”, o que foi claramente apresentado pela Agir às páginas 94 à 97 da sua proposta de trabalho, assegurando a racionalização do trabalho e o controle de contaminação cruzada, que foram devidamente apresentados, inclusive fazendo constar que serão pautados na normativa vigente, RDC nº 15/2012

O edital não solicita a apresentação de competências e atribuições aos profissionais das áreas e protocolos operacionais padrões, o que seria de fato exigido para a descrição de um processo e não de um fluxo.

Dessa forma, reafirmamos que a proposta apresentada pela Agir, cumpre integralmente os requisitos do edital, incluindo a entrega de fluxos unidirecionais. Devendo desta forma ser mantida a nota atribuída inicialmente a Agir.

Quanto ao Fluxo da roupa, a Agir no processo de implantação e definição do serviço adotará todos os fluxos necessários, mantendo regra da unidirecionalidade em horários devidamente acordados e contratualizados. Ressalta-se, que atualmente a organização não conhece na totalidade a estrutura e as nuances da Unidade.

Ainda, quanto às boas práticas de coleta de enxovais, é oportuno informar que estas coletas são feitas obrigatoriamente em horários não coincidentes com fluxo de nutrição, medicamentos e todo material limpo, sendo que estes acordos e alinhamentos de processos só serão possíveis quando da implantação conjunta dos serviços, respeitando acordos entre clientes e fornecedores, ações estas somente possíveis de serem ajustadas e acordadas quando da implantação como já dito, onde será possível ver fluxo da entrega e retirada dos enxovais, horários de coletas minimizando fluxos cruzados entre material sujo e limpo e acordos entre os devidos stakeholders envolvidos na cadeia de valores.

Logo a Agir atendeu o solicitado no edital, onde ainda descreve, conforme sua proposta de trabalho (pág 99), vejamos:

“Coleta e transporte da roupa suja

A coleta será realizada em horário pré-determinado, visando sempre a redução da circulação da roupa suja pelo serviço de saúde, e a mesma permanecerá o menor tempo possível na unidade geradora antes de ser transportada para a unidade de processamento. O tempo em que a roupa suja permanecerá depositada antes de ser processada estará mais relacionado a questões práticas, como remoção de manchas e aspectos estéticos, do que ao controle de infecção.

“Para a coleta e o transporte da roupa suja, o trabalhador da unidade de processamento seguirá as orientações de manuseio contidas no item anterior e estará adequadamente paramentado, conforme estabelecido nas normativas de Medidas de Prevenção e Controle de Infecção, preconizadas pelo Serviço de Controle de Infecção Hospitalar”.

O carro utilizado para o transporte de roupa suja dentro do serviço de saúde será exclusivo para esse fim. Ele será leve, de fácil higienização e possuirá dreno para eliminação de líquido, sendo confeccionado de material que permita o uso de produtos químicos para sua limpeza e desinfecção. Além disso, estará nitidamente identificado, a fim de evitar que seja confundido com o carro de transporte interno de resíduos de serviços de saúde.” (grifo nosso)

Dito isto, resta claro que a Agir atendeu ao requisito do edital de regência do certame. Razão pela qual a infundada alegação da recorrente não deve prosperar e a nota atribuída à Agir deve ser mantida.

A recorrente, também, tenta imprimir falha no fluxo de gerenciamento de resíduos de saúde apresentado pela Agir em sua proposta. Tal tentativa, também, não se sustenta e não deve prosperar como demonstraremos a seguir.

A alegação da recorrente é fruto da sua avaliação parcial e frágil do plano de trabalho apresentado pela Agir, pois nas figuras 49 página 111, figura 50 página 113, figura 51 página 115, figura 53 página 119, figura 54 página 121, figura 55 página 123, figura 56 página 125, figura 57 página 127 e figura 58 página 129, além de vários outros fluxos que demonstram claramente e de forma didática os fluxos praticados pela Agir e proposto no plano de trabalho, ainda que na RDC 222/18 em momento algum cita a obrigatoriedade do saco amarelo.

Desta forma, é uma prática adotada pela Agir. Foi proposto o uso de sacos amarelos, com a descrição Hamper para acondicionamento de roupas sujas, fluxo este descrito em gestão de enxovais, e por se tratar de processos distintos, a Agir não incorpora ao PGRSS o fluxo de roupas.

No que tange ao olhar holístico de resíduos, a Agir apresentou um arcabouço de todos os fluxos possíveis de gestão de resíduos, justamente por se tratar de um hospital escola e ter nível de pesquisa em parceria com Universidade, assim incluiu o subgrupo A2, apresentado uma completude do item em questão, mesmo que este não faça parte inicialmente ao perfil da Unidade, logo não caracteriza prejuízo a proposta, pelo contrário, caracteriza o zelo em abranger todas as possibilidades.

A Agir possui definido fluxos específicos em sua estrutura de governança que trata sobre o tema, a incluir, o comitê da NR-32 ou Comissão Gestora Multidisciplinar de Prevenção de Acidentes com material perfurocortante que trata o tema, obedecendo rigorosamente a estrutura legal pertinente e não mantendo redundância do tema no PGRSS, já que no comitê da NR 32 é obrigatório a presença do representante responsável pela PGRSS, ainda, controle de vetores estão em outra estrutura de governança da Agir, contemplado no departamento ambiental, com contrato específico e monitorado de forma rígida todo controle de vetores, tão quanto, fluxo de imunização está na governança do SESMT, não sendo relevante para Agir contemplar no PGRSS, uma vez que o documento é flexível e contextualizado a cultura da unidade, devidamente aprovado junto com CCIH.

A Agir é uma das poucas Instituições no Estado de Goiás que além de participar do PHS - Programa Hospitais Saudáveis, mantendo o desafio resíduos, sendo essa adesão uma referência de alto impacto no que se tem de mais moderno e contemporâneo no tema, afinal, a Agir utiliza da RDC 222/18 em consonância com a Lei Federal 12305/2010 e lei municipal específica, sendo restrito avaliar apenas a legislação federal sem coadunar com legislações específicas do município e com a liberdade técnica e com modelos de tratamento de resíduos e rejeitos que vão para além da incineração, a incluir, possibilidade de logística reversa, conforme citado na RDC 222/18.

Atualmente, a Agir não mistura vidros perfurocortantes de medicamentos em grupo E conforme equivocadamente apontado, afinal, em suas práticas, ocorre da utilização de caixas perfurocortantes laranjas para químicos e amarelas para biológicas grupo E, algo bastante moderno e pouco conhecido por demais unidades que fazem gestão de resíduos, logo, a alegação da recorrente não prospera e ainda demonstra fragilidade no seu sistema de gerenciamento de resíduos. Deve ser, portanto, invalidada.



Perfurocortante grupo E



Perfurocortante grupo B

Ressalta ainda, que a Agir gerencia indicadores constando grupos e subgrupos de rejeitos, tendo total controle de toda a produção de rejeitos grupo A e seus subgrupos (A1, A3, A4 e A5), grupo de resíduos B, de rejeitos B, resíduos D e rejeitos D, perfurocortante E, algo frágil em grande parte das Unidades de Saúde no Brasil, pois se a unidade mistura vidros de medicamentos como biológico, não terão dados de indicador com estratégia administrativa adequada, além de demonstrar fragilidade em seu modelo de gestão ambiental, algo atualmente comum nas unidades de saúde devido à baixa capacidade técnica e não tratar resíduos como tema estratégico, diferente, a Agir possui estruturado departamento ambiental com foco em manter o que se tem de mais moderno no Brasil frente ao tema resíduos, incluindo software de gestão ambiental com toda a legislação atualizada e auditada voluntariamente frente

ao modelo do sistema ISO 14001, práticas essas apenas adotadas em Hospitais de ponta da ANAHP.

Ressalta-se ainda, que conforme artigo 60 da RDC 222/18 parágrafo único, grupo B podem ser direcionados para recuperação ou reutilização, assim, todavia, a incluir, todos os elementos químicos atóxicos ou tóxicos, a Agir promove gestão de inventário químico, possui estudo de incompatibilidade e ainda adota práticas como logística reversa com fornecedores, através de acordos setoriais, algo moderno e pouco praticado por Instituições de Saúde no Brasil, demonstrando o compromisso socioambiental que a Agir atrela em sua gestão estratégica, como já dito, assim, mais uma vez, o questionamento feito mostra baixa maturidade em gestão ambiental por parte da recorrente.

No que tange medicações potencialmente tóxicos, proposto no artigo 59 da RDC 222/18 como resíduos de medicamentos contendo produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos, imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços assistenciais de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos, devem ser submetidos a tratamento ou dispostos em aterro de resíduos perigosos – Classe I, sendo que a Agir promove retenção dos Manifestos de Resíduos gerados no SINIR - Sistema Nacional de Informação de Resíduos Sólidos e ainda gerencia a licença e condicionantes de licenças ambientais das empresas contratadas e tão quanto dos aterros sanitários classe I e classe II e ainda segue rigorosamente a NBR 10004 (resíduos sólidos - classificação) no processo gerencial em complementação as legislações anteriores, ainda, no aspecto de governança é mantido software de gestão específica para controle ambiental.

Neste sentido, além do sistema de gestão de resíduos da Agir seguir o que se tem de mais moderno, encontra-se em consonância com Lei Federal 12305/2010, onde além de separar adequadamente os rejeitos, ainda, frascos vistos por muitos como perigosos e incinerados, para a Agir é possível permitir destinações que sejam ambientalmente corretas, mitigando impactos ambientais oriundos de incineração e aumentando a responsabilidade ambiental, além de ter consonância com a lei, afinal, logística reversa é permitido e pouco adotado e compreendido por unidades de saúde, conforme artigo 6º da RDC 222/18 que aponta : V – quando aplicável, contemplar os procedimentos locais definidos pelo processo de logística reversa para os diversos RSS.

Para finalizar, a Agir traz consigo o conceito bem definido e desdobrado entre resíduos e rejeitos, sendo que resíduos é buscado a institucionalização do Modelo de Desenvolvimento Limpo (MDL), além de economia circular, buscando assim mitigação dos impactos ambientais, a incluir, frasco de hipoclorito que atualmente não é incinerado, mas retornado em logística reversa aos fornecedores como resíduo, ainda, o que é rejeito, como tóxicos medicamentosos, frascos não institucionalizados em logística reversa, pilhas, baterias e lâmpadas (apesar que a Agir vem estruturando logística reversa, pois a Lei Federal 12305/2010 traz obrigatoriedade) a organização dispõe de forma adequada, seguindo rigorosos sistemas de separação, acondicionamento, pesagem, controle por Manifestos e rastreabilidade, além de separar perfuros, químicos e biológicos em caixas distintas por coloração diferentes (laranja - tóxico B, amarela - biológicos E), colocando a Agir em destaque nacional em gestão de resíduos, conforme auditorias do SGA ISO 14001 e as práticas acreditadas e auditadas da ONA e ISO 9001, tudo em consonância com as melhores práticas adotada na PHS

2.5. ALEGAÇÃO DE QUE A AGIR NÃO APRESENTOU PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO REFERENTE AO BENEFÍCIO CEBAS, NA UNIDADE HOSPITALAR

De forma genérica, desarrazoada, sem fundamentação, leviana, sem especificação e vazia o recorrente alega que a Agir não apresentou em sua proposta plano de aplicação do recurso referente ao benefício CEBAS, na unidade hospitalar para fins de atendimento do item 26.2.3 do edital.

Mais uma vez, não podemos deixar de assinalar que à míngua de qualquer fundamento que pudesse auxiliar seu objetivo de questionar validamente a Proposta de Trabalho da Agir, o recorrente deliberou pela adoção do caminho da distorção e das alegações vazias. Mero inconformismo.

Dizemos isso diante do fato de que a recorrente tenta fazer com que a Comissão Julgadora exija desta peticionária informação que não decorre de exigência editalícia.

Destaca-se que a apresentação de plano de aplicação do recurso referente ao benefício CEBAS, na unidade hospitalar não consta do item 26.2.3 do edital. Não faz parte da Matriz de Pontuação e do regramento trazido pelo edital.

Embora não faça parte da Matriz de Pontuação, esta peticionária, na página 671 da sua proposta de trabalho apresentou o seguinte texto:

3.1.2 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO

Para atender ao critério acima, os documentos que comprovam o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO estão disponíveis no **Anexo 2**.

O valor previsto de isenção auferido referente ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, no montante aproximado mensal de R\$ 690.588,79 (seiscentos e noventa mil quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos) correspondente a operacionalização e execução dos serviços de saúde do Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos - HEI, sob o gerenciamento e operacionalização da Associação de Gestão, Inovação e

Resultados em Saúde - AGIR, que poderão ser revertidos na aplicação de investimento, podendo se dar em infraestrutura, equipamentos da unidade e/ou ampliação da carteira assistencial, quais sejam em melhoria e ampliação das instalações e substituição de equipamentos atuais, conforme alinhamento e validação prévia da Secretária de Estado da Saúde de Goiás.

Mesmo não sendo objeto de exigência editalícia, esta peticionária apresentou o que a recorrente alega que falta.

Deste modo, considerando o que foi arguido pela recorrente, que tenta imprimir à proposta da Agir, a ausência de informação que não foi exigida em Edital, cabe à ilustre Comissão Julgadora refutar e não acolher os argumentos da recorrente. Pois, o acolhimento de tais argumentos de recurso contaminariam o certame com vício insanável.

Por todo exposto é que se roga seja negado provimento ao recurso interposto.

2.6. AS PONTUAÇÕES ATRIBUÍDAS ÀS PROPOSTAS DE TRABALHO DO HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS E DA AGIR; manutenção das pontuações;

O recorrente Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus-HMTJ pleiteia ampliação de pontuação de sua proposta de trabalho. Adicionalmente, o recorrente pleiteia cancelamento de pontuação da proposta de trabalho da Agir em diversos quesitos.

A Peticionaria destaca que em todas as matérias recursais supra aludidas, o recorrente não trouxe qualquer alegação e ou elemento recursal que denotasse interferência para com o quanto apreciado e notificado em sede de julgamento das propostas de trabalho, motivo pelo qual a decisão recorrida se mostra impecável, mantendo-se inabalada por seus próprios fundamentos.

O recurso não merece provimento.

3. PEDIDOS

Ante todo o exposto, a Agir requer seja negado provimento ao Recurso Administrativo ora em análise, com a consequente manutenção da r. decisão recorrida em todos os seus aspectos, conforme fatos e fundamentos esposados nas presentes razões.

Termos em que, pede deferimento.
Goiânia, 22 de novembro de 2024.

Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde-AGIR

Lucas Paula da Silva
Superintendente Executivo
CPF: 894.828.751-68

 @agirsaude

 /agirsaude

 secretariageral@agirsaude.org.br

 /agir.saude

 /tvagir

 (62) 3995-5406

 /agirsaude

 Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design,
Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

Agir HSM Itumbiara Contrarrazões Recurso HMTJ.pdf

Documento número #ac3c6e0e-ba22-44e6-a2b8-94cd6e6dd743

Hash do documento original (SHA256): 2ae5f2e26957c00a05750ae55bba6f025c07500c310a696dc2fab17a587935b9

Assinaturas



Lucas Paula Da Silva

CPF: 894.828.751-68

Assinou como procurador em 22 nov 2024 às 14:37:13

Log

- 22 nov 2024, 14:22:55 Operador com email shaiany@agirsaude.org.br na Conta 4d428d50-c96f-4413-8e19-158689dbe9d6 criou este documento número ac3c6e0e-ba22-44e6-a2b8-94cd6e6dd743. Data limite para assinatura do documento: 22 de dezembro de 2024 (14:22). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 22 nov 2024, 14:22:56 Operador com email shaiany@agirsaude.org.br na Conta 4d428d50-c96f-4413-8e19-158689dbe9d6 adicionou à Lista de Assinatura: lucas.silva@agirsaude.org.br para assinar como procurador, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lucas Paula Da Silva e CPF 894.828.751-68.
- 22 nov 2024, 14:37:14 Lucas Paula Da Silva assinou como procurador. Pontos de autenticação: Token via E-mail lucas.silva@agirsaude.org.br. CPF informado: 894.828.751-68. IP: 179.254.244.198. Componente de assinatura versão v1.1053.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 22 nov 2024, 14:37:14 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número ac3c6e0e-ba22-44e6-a2b8-94cd6e6dd743.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº ac3c6e0e-ba22-44e6-a2b8-94cd6e6dd743, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.